

O que se tem para lembrar: as esquerdas na resistência à ditadura brasileira (1974-1985)

Luiz Felipe Falcão¹

Resumo: Esta comunicação pretende aproveitar depoimentos de ativistas e militantes de esquerda no Brasil das décadas de 1970 e 1980, trabalhados segundo as orientações metodológicas da História Oral, para verificar a possível existência, e discutir os seus aspectos mais significativos, do que poderia ser definido como um perfil do "ser de esquerda" naqueles idos ou, na acepção de Raymond Williams, daquilo que seria a "estrutura de sentimento" compartilhada por ativistas e militantes de esquerda no período em apreço, tendo em vista que então vigorava no país uma ditadura civil-militar fortemente associada ao capital (nacional e internacional) que, em grande medida, fez convergir contra si as práticas e representações culturais das esquerdas.

Palavras-chave: História Oral, esquerdas, ditadura.

Tempos extraordinários são pautados, em nossa contemporaneidade, por uma atmosfera densa saturada de instantes em que se defrontam amplas possibilidades de criação, capazes de inventos que ultrapassam as fontes e formas de dominação, e alternativas plenas de destruição, planejadas e executadas de maneira fria, calculista, meticulosa e minuciosa. Nestas condições, os eventos sucedem-se em tormentas que modificam com rapidez os lugares, os panoramas e as próprias experiências dos que neles estão envolvidos, acentuando a transparência do olhar e conferindo extrema sutileza às lembranças que propicia.

O ciclo de violências e arbitrariedades instalado pela ditadura civil-militar brasileira a partir do golpe que derrubou o presidente João Goulart em 1964 foi um tempo extraordinário pela repressão ao potencial inovador presente no meio social que suplantou, bem como pela modernização conservadora do país que impôs, tanto quanto foi extraordinário o tempo em que ressurgiram as mobilizações populares, a partir de meados da década de 1970, em busca de melhores condições de vida e de trabalho, logo complementadas por exigências de liberdade em seus diferentes âmbitos. Vivenciar aqueles tempos foi, corroborar vários tipos

¹ Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil: luiz.felipe@mailcity.com. A pesquisa para este trabalho tem apoio do CNPq.

de documento, coexistir com a angústia, o sofrimento e o medo, ou com o conformismo, a inércia e mesmo a simpatia aberta para com o regime, mas foi ao mesmo tempo se deixar contagiar pela esperança, pelo desprendimento e pela determinação, o que afetou pessoas comuns de um modo incomum e, decerto, abriu oportunidades inesperadas para pessoas excepcionais.

Depoimentos com base na metodologia da História Oral propiciam perceber as influências mais difusas que tornaram atraente para muitas pessoas o engajamento político entre as décadas de 1970 e 1990, com destaque para a possível presença aí de elementos da contracultura relacionados a uma visão de mundo libertária e solidária, bem como a magnitude da atuação das esquerdas (militantes de organizações partidárias ou ativistas independentes) na superação do regime e de democratização do Brasil. Eles permitem esclarecer que, em primeiro lugar, as lembranças tendem a constituir uma espécie de “memória oficial”, sacralizada, da resistência à ditadura, o que pouco contribui para uma análise mais consistente das épocas e temáticas em apreço. Em razão disso, um dos principais objetivos de uma análise crítica de tais depoimentos é reconhecer, compreender e dar a conhecer o que Raymond Williams (2000: 154 e seguintes) denominou de “estruturas de sentimento”, ou seja, o conjunto de referenciais (significados, valores) que articulam as maneiras como um coletivo, grupo ou classe social, numa determinada sociedade e num contexto histórico concreto, percebe e dá sentido ao mundo e a tudo aquilo que ele contém de maneira ativa, ou seja, em permanente mutação (nas palavras dele, “experiências sociais *em solução*”).

Em segundo lugar, cabe entender a História Oral como procedimento de produção das fontes por parte do pesquisador junto e em cumplicidade com seus entrevistados, com a pretensão de fornecer um panorama e uma interpretação plausível onde o restante da documentação disponível é opaco e, simultaneamente, as recordações perderam autoridade, quer pela sua multiplicação controversa e polêmica, quer pelas evidências disponibilizadas por outras fontes que não são passíveis de descarte. Nesta perspectiva, tal operação historiográfica nutre-se de uma memória em constante transformação pelas experiências subsequentes – lembra-se sempre a partir de um presente - e, o que é mais importante, de uma memória em frangalhos, ou melhor, esfarrapada por divergências e contestações, firmando-se para impedir a deslembração e garantir o olvido no desenrolar insensível do tempo. Capturando a recordação num momento fugaz, a História procura então efetuar sua análise e

produzir sobre ela um discurso consolidado, ainda que seja, ou devesse ser tratado como, inacabamento, ou seja, um construto aberto a um novo tratamento, e não apagamento (Ricoeur (2007)).

- -

As motivações para o significativo engajamento político de esquerda no Brasil (e, provavelmente, em outros países) ao longo das décadas de 1960 a 1990, com um breve interregno entre 1970 e 1974 aproximadamente, em especial de jovens como o era Ethel na época, parecem ter sido bastante variadas. Todavia, elas não podem ser descoladas do que foi denominado invenção da geração teen no pós II Grande Guerra, de início nos Estados Unidos da América e, em seguida, em outras partes do mundo (Savage, 2009, e Passerini, 1996), quando a juventude é instituída não apenas como faixa etária mas, também, como grupo social portador de interesses próprios. As repercussões disto foram bastante amplas e contribuem para compreender fenômenos subseqüentes, como a contracultura e as mudanças nos padrões comportamentais. Por outro lado, acontecimentos no cenário internacional, como a intensificação da Guerra Fria, o triunfo da Revolução Cubana em 1959 e a escalada norte-americana no Sudeste asiático, fornecendo uma imagem bipolarizada em que socialismo e capitalismo estariam disputando uma luta sem quartel no planeta como um todo, acrescentava novos ingredientes à sedução do engajamento político.

Em termos de Brasil, especificamente, valeria agregar a isto desde a busca por liberdades cercadas pela ditadura, formulada por parcelas das classes médias (incluindo aí personagens que, num primeiro momento, apoiaram o golpe que derrubou o presidente João Goulart), onde merece destaque o movimento estudantil e as manifestações de renomados artistas e intelectuais, até o proselitismo de alguns professores inconformados com as iniquidades existentes. Ou ainda, desde a atuação de uma expressiva ala da Igreja Católica contagiada pela Teologia da Libertação (uma teologia ecumênica no âmbito cristão que pregava um enfrentamento ativo das injustiças econômicas, políticas e sociais), até as mobilizações de trabalhadores por melhores salários e condições de vida, tudo isto sem esquecer as atividades de agitação e propaganda dos agrupamentos clandestinos de esquerda. Em meio a isso, o noticiário sobre as mudanças que estavam ocorrendo em várias partes do mundo nos padrões de comportamento da juventude, bem como sobre as consequências da Guerra Fria, despertavam a curiosidade e o potencial de contestação da ordem estabelecida.

Para muitas pessoas, o trabalho de professores ao nível do que é hoje a Educação Básica, bem como a circulação de informações num ambiente familiar de classe média, ainda que conservadora, foram essenciais para despertar o interesse pelas questões sociais, políticas e culturais. O contato com o meio universitário daria impulso ainda maior a tais inclinações, mesmo considerando que no Rio de Janeiro a repressão política e o cerceamento das liberdades no âmbito das instituições de ensino superior tenham sido mais contundentes que em outras cidades como São Paulo, com o fechamento das entidades estudantis e a proibição de qualquer atividade que pudesse favorecer um protesto contra o regime ou as autoridades constituídas, como debates públicos, shows musicais ou mostras culturais.²

Todavia, após uma recuperação das lutas massivas cujo auge, em 1968, foram as manifestações de estudantes, artistas, intelectuais e outros significativos setores das classes médias nas principais cidades do país e, em especial, as greves operárias nas cidades de Osasco (São Paulo) e Contagem (Minas Gerais), com uma participação em nada desprezível de militantes e ativistas de esquerda, as mobilizações sociais entraram num prolongado descenso que foi agravado pelo aumento da repressão desencadeado pela ditadura, com o fechamento de entidades estudantis, intervenção em sindicatos, fechamento do Congresso Nacional, cassação de parlamentares, prisão de numerosos opositores, etc. Não por outro motivo, a situação do Brasil entre finais da década de 1960 e meados da seguinte ficou conhecida como os “anos de chumbo”, em alusão ao período em que as arbitrariedades e violências da ditadura atingiram seu ápice, assegurando um rígido controle social, sob a justificativa de fazer frente a uma guerra interna contra os comunistas e outros “inimigos internos”. Seus alvos mais imediatos eram os partidos e organizações de esquerda que, sob as mais distintas inspirações (“guevaristas” ou “foquistas”, “maoistas”, etc., como eram chamados)³, aderiram à luta armada, mas a ação repressiva não se limitava a eles, atingindo

² Sobre isso, ver o documento “Ativo estudantil”, julho de 1977, produzido na clandestinidade por militantes da Ação Popular Marxista Leninista do Brasil (APML), oriunda da esquerda católica em 1962 e muito influente sobretudo no movimento estudantil nas décadas de 1960 e 1970 (Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Acervo 72, Organizações e Partidos Políticos, caixa 2). Outro exemplo: em 1975, a UNICAMP promoveu um importante seminário internacional de Ciências Sociais com a presença, entre outros, de Eric Hobsbawm, o que seria quase impensável no Rio da época, mesmo considerando a qualidade de suas instituições de ensino superior.

³ As repercussões da Revolução Chinesa, da Revolução Cubana e, simultaneamente, as críticas à direção do Partido Comunista Brasileiro (PCB) pela falta de preparo político e militar para enfrentar o golpe de 1964 fizeram com que a maioria das organizações de esquerda que então se formaram no Brasil, por fracionamento do PCB ou não, fosse atraída pela opção da luta armada contra a ditadura com base em formulações como o guerrilheiro (caso, entre outras, da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares, ou VAR Palmares) ou a guerra popular revolucionária (caso da Guerrilha do Araguaia, pelo Partido Comunista do Brasil, ou PCdoB). Com ações mais efetivas a partir de 1968 que surpreenderam a ditadura num primeiro momento e produziram alguns

também, todo tipo de “subversão” que colocasse em risco, aos olhos dos promotores desta autêntica cruzada, os bons costumes e a própria sociedade. Amparado neste raciocínio bem coerente com a Guerra Fria, o regime outorgou seguidas leis de exceção e mesmo uma mudança constitucional, suprimiu mandatos parlamentares e restringiu a atividade do Congresso Nacional, censurou os meios de comunicação de massa, prendeu e torturou milhares de opositores (alguns com barbárie inusitada), o que já vem sendo objeto de pesquisas e reflexões consistentes há algum tempo (ver, por exemplo, Fico: 2004 e Ridenti: 2010).

No entanto, cabe acrescentar que aqueles anos não foram apenas de chumbo. Aproveitando-se de uma conjuntura internacional em que havia um grande excedente de capitais a disposição, o regime brasileiro conseguiu atrair uma parte substancial de seu fluxo para investimentos e empréstimos no país, sobretudo em infraestrutura (geração e distribuição de energia elétrica, telecomunicações, siderurgia, petroquímica, construção naval, rodovias, etc.), enquanto que um rígido controle dos sindicatos e uma forte compressão dos salários garantiam a obtenção de lucros elevados. Como resultado, a economia do país passou a crescer em ritmo acelerado, com o Produto Interno Bruto (PIB) aumentando mais de 10% ao ano em média entre 1968 e 1973, configurando o que ficou denominado de “milagre econômico brasileiro” (Singer: 1972), crescimento econômico este que se prolongou entre 1974 e 1980 com uma taxa média de expansão do PIB de 7%.

Todo esse crescimento impactou profundamente a sociedade brasileira, pois, apesar das restrições às liberdades e do enorme custo social, acarretou uma grande ampliação do mercado de consumo interno, com destaque para os bens de consumo duráveis (cujo aumento médio no período do “milagre” ficou acima de 23%) e para a construção civil (onde o sonho da casa própria poderia enfim se materializar para muitos), e uma intensa modernização do país, que se tornou mais urbano que rural e, em certo sentido, se integrou totalmente graças à difusão em todos os recantos de noticiários televisivos, telenovelas e transmissão ao vivo de jogos de futebol. Com eles, novos hábitos e novas aspirações (como o ensino superior) tornaram-se acessíveis a parcelas crescentes da população, levando pesquisadores como Cordeiro (2009) a sublinhar que, se estes foram “anos de chumbo”, e realmente o foram, eles também significaram para muitas pessoas “anos de ouro”.

sucessos, como o sequestro do embaixador dos Estados Unidos da América em 1969, esta luta armada recebeu um tratamento duríssimo por parte do regime, com um grande número de seus militantes mortos em combate, presos ou assassinados na tortura, de modo que em 1972 esta opção tornou-se basicamente residual (Gorender: 1987; Cruz: 2003; Salles: 2007).

meados das décadas de 1970 e 1980, acompanhando a trajetória de ascendente das mobilizações dos trabalhadores, estudantes e classes populares de modo geral e o significativo processo de articulação e renovação que isto proporcionou, como o demonstrou o impacto provocado naqueles idos pelo movimento de mulheres e o próprio feminismo (lado a lado com o movimento negro, com o movimento homossexual, com o movimento ambientalista, etc.). Já o desaparecimento até certo ponto abrupto da “imprensa alternativa”, em grande parte nos primeiros anos da década de 1980, teve diversas motivações, como a sua endêmica debilidade econômica, uma abordagem mais crítica assumida pela grande imprensa que passou a atrair muitos leitores e, também, o próprio processo de democratização do Brasil, pois dentre suas múltiplas implicações, levou ao pluripartidarismo, inclusive com a criação de partidos de esquerda como o PT (ou legalização de partidos de esquerda clandestinos, como o PCB e o PCdoB), e ao conseqüente aparecimento de uma imprensa partidária (“Jornal dos Trabalhadores”, do PT; “Voz da Unidade”, do PCB; etc.).

Com efeito, após um longo período de fragilidade e atomização, em que movimentos reivindicatórios por maiores salários e melhores condições de vida tinham pouco alcance e eram alvo de severa repressão, trabalhadores, estudantes e expressivas parcelas das camadas populares voltaram a se fazer presentes com voz ativa no Brasil. Como episódios marcantes desta mudança, poderiam ser citados: a reorganização do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade de São Paulo em 1976, a primeira passeata dos estudantes da mesma Universidade de São Paulo que transpôs o campus universitário e enfrentou a polícia nas ruas dos bairros próximos em 1977, a criação do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) em 1978, as greves dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo em 1978, 1979 e 1980, a greve nacional dos bancários em 1979 e a criação do Partido dos Trabalhadores em 1980, todas com a participação de milhares de pessoas.

Nestas manifestações, militantes e ativistas de esquerda assumiram papel de relevo, muito embora raras vezes as tivessem liderado. Sua presença nelas era decorrente de uma atividade persistente, meticulosa e quase sempre anônima, sob a mais estrita clandestinidade, durante os “anos de chumbo”, nas fábricas e em outros locais de trabalho, nos sindicatos, nos bairros populares, nos colégios e nas universidades, de denúncia das condições existentes, de divulgação das reivindicações mais requeridas no cotidiano e daquelas de longo prazo contidas em seus programas e plataformas políticas, de organização de protestos e lutas, etc. Em especial, os remanescentes dos agrupamentos da “nova esquerda”, ou da “esquerda

revolucionária” como se intitulavam, em meio a uma repressão violenta que atingia indiscriminadamente organismos vinculados ou não à luta armada, haviam desenvolvido uma crítica severa do simplismo de suas análises da ditadura e do voluntarismo que presidia suas expectativas e suas ações, o que lhes permitiu uma inserção junto aos trabalhadores e às camadas populares que foi crucial na retomada das movimentações massivas⁴.

Esse, todavia, é um aspecto ainda pouco estudado pelas ciências sociais no Brasil, que tendem a ver as grandes mobilizações que entre 1977 e 1984 fragilizaram a ditadura e contribuíram para o seu fim como resultado, dentre outros fatores, da atuação do chamado “novo sindicalismo” (dirigentes sindicais que desafiaram o regime ditatorial em defesa das reivindicações econômicas e sociais dos trabalhadores), de uma entidade sindical como a Central Única dos Trabalhadores (CUT, criada em 1983) e do próprio Partido dos Trabalhadores, enquanto expressões de uma paulatina acumulação de forças e organização autônomas de parcelas expressivas da população brasileira (notadamente, operários e assalariados em geral, profissionais liberais, setores da Igreja Católica, intelectuais, artistas e estudantes) na defesa de seus interesses e aspirações. Enfatizando tal autonomia, porém, as interpretações que se esboçam propendem a ignorar ou a reduzir de maneira desmedida o papel de militantes e ativistas das esquerdas naquele processo (na reorganização das entidades estudantis, na estruturação das atividades dos movimentos de oposição sindical no meio operário, na dinamização das lutas de bairro, etc.), assim como na própria formação da CUT e do PT.

- . . . -

O diagnóstico apresentado quanto à multiplicidade de fatores que convergiram para tornar o engajamento político de esquerda atrativo entre as décadas de 1960 e 1990 corresponde a um mapeamento inicial da “estrutura de sentimento” presente naqueles que, como ela, se envolveram na resistência à ditadura civil-militar e no processo de

⁴ Esta autocrítica, impulsionada pelas exigências da realidade (desmobilização e mesmo apatia dos trabalhadores e das camadas populares, violência da repressão política, isolamento social), aproveitou a leitura de autores que se dedicaram a analisar regimes autoritários ou as especificidades de países com alguma tradição democrática, como o italiano Antônio Gramsci, e também o que se poderia chamar de uma “atualização” do pensamento de esquerda pelo contato com obras de pensadores e ativistas como Claude Leffort, Cornelius Castoriadis e Edward P. Thompson, entre outros, e pela difusão de trabalhos relevantes da tradição intelectual marxista, em grande parte desconhecidos (pelo menos em português), através dos “Cuadernos de Pasado y Presente” editados sob a responsabilidade do argentino José Aricó entre 1968 e 1983. Sobre o teor da autocrítica, ele variou de acordo com a trajetória de cada agrupamento partidário e pode ser observado em muitos documentos elaborados na clandestinidade, sobretudo na primeira metade da década de 1970, que estão contidos em acervos como os do Arquivo Edgard Leuenroth da UNICAMP) ou da Fundação Perseu Abramo em São Paulo (onde tive o auxílio de Carlos Henrique Menegozzo para a localização de vários deles e para uma troca de ideias sempre instigante).

democratização do Brasil. Trata-se, decerto, de um traçado que merece novas pesquisas com base em outros depoimentos e mediante sua confrontação com outras fontes, como os documentos produzidos pelas organizações de esquerda, as coberturas promovidas pelos meios de comunicação de massa e mesmo o material produzido por instituições vinculadas ao regime (Escola Superior de Guerra, órgãos repressivos, etc.), a fim de compreender melhor sua genealogia, sua composição e seus desdobramentos como parte de uma reflexão mais ampliada sobre os sucessos daquele período e o papel que neles desempenharam as esquerdas.

Por exemplo, um a focalizar com a atenção indispensável refere-se ao fato de que, ao longo das décadas de 1980 e 1990, se foram operando nítidos deslocamentos de grande parcela da “nova esquerda” brasileira, com as prescrições sobre revolução social e construção de um partido de perfil leninista que a levasse ao triunfo cedendo lugar às preocupações difusas com a democracia, de maneira a abarcar dimensões muito mais amplas do que as postas antes do golpe de 1964, envolvendo agora direitos e inclusões sociais que naqueles idos recebiam menor ou nenhuma atenção. Todavia, mesmo com tal deslocamento, não prosperou de maneira substantiva a formulação de proposições no âmbito da democracia política, uma das habituais deficiências da esquerda no país (Garcia: 1986), o que foi agravado, em casos extremos, por uma série de compromissos nem sempre honoráveis com a ordem institucional vigente.

Simultaneamente, a percepção de que o país era bem mais complexo do que se imaginava, mesmo se distanciando da ingenuidade e superficialidade das análises elaboradas nas duas décadas anteriores, não impediu manifestações e expectativas que superavam em muito a capacidade de intervenção das esquerdas, embora em alguns casos tenha franqueado elaborações densas e consistentes (como, por exemplo, nas reflexões sobre a questão agrária). E aquela percepção, associada às evidências das limitações que as mobilizações populares exibiam (como no descarte do movimento pelas eleições diretas para presidente da República, em 1984), contribuiu para um arrefecimento paulatino das expectativas em mudanças mais efetivas na esteira da dissolução do regime ditatorial.

Seja como for, o protagonismo mais ou menos frágil das esquerdas na última quarta parte do século passado teve na História do Brasil poucos paralelos e segue animando as disputas acerca das histórias e das memórias da resistência e da democratização, para o que a História Oral pode oferecer uma inestimável ajuda. Não, evidentemente, como presunção de trazer à tona uma verdade que estaria inscrita por inteiro nas lembranças dos que viverem

aqueles tempos extraordinários, suprimindo assim seu caráter polêmico e controverso ou ignorando os perigos de interpretar um período histórico amparado apenas em subjetividades.

Como é capaz de reconhecer qualquer aprendiz do ofício de historiador, as fontes orais necessitam de um estranhamento e um tratamento adequado, crítico, por parte de quem a elas recorre (como, aliás, sucede com qualquer outra fonte, muito embora mediante procedimentos que nem sempre são idênticos). Afinal, o que se pretende é a confiança nas Sugere questões que estimulem as lembranças a explicitarem dúvidas ou divergências, confrontar os depoimentos com outras fontes tão menos confiáveis quanto eles, interrogar certezas e propor desvios, podem dar ensejo a interpretações confiáveis, mesmo em se tratando de temas sensíveis que possuem o dom de despertar opiniões apaixonadas. Afinal, como em tudo na vida que envolve paixões, o que se pretende com pertinácia e sutileza é a cumplicidade de uma confiança, não a insustentável e imorredoura fidelidade.

Referências

CORDEIRO, Janaína Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici, In: **Estudos Históricos**, vol. 22, CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 2009.

CRUZ, Denise Rollemberg. Esquerdas revolucionárias e luta armada, In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar** Rio de Janeiro: Record, 2004.

FURTADO, Celso. **O Brasil pós-“milagre”**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GARCIA, Marco Aurélio (org.). **As esquerdas e a democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra e CEDEC, 1986.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas: A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta, 1991.

PASSERINI, Luisa. A juventude, metáfora da mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 1950. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean Claude. **História dos jovens**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. v.2, p.319-382.

RIDENTI, Marcelo **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: UNESP/FAPESP, 2010 (1993).

SALLES, Jean Rodrigues. **A luta armada contra a ditadura militar** (a esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

SAVAGE, Jon. **A Criação da Juventude**: como o Conceito de teenage revolucionou o século 20. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

SINGER, Paul. O Milagre Brasileiro - Causas e Conseqüências, In: **Cadernos CEBRAP**, no. 6, CEBRAP, São Paulo, 1972.

SINGER, Paul. **A Crise do Milagre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

WILLIANS, Raymond. **Marxismo y literatura**. Barcelona: Península, 2000 (1977).